



# Considerações sobre o microcrédito: esboço da sistematização de avaliação da política pública no âmbito do Programa CrediAmigo

**Gustavo Passos Fortes**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/Universidade Federal de Goiás, Brasil  
gustavo\_fortes@yahoo.com.br

**Sérgio Ricardo Siani**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil  
sergiosiani@unifesspa.edu.br

## Considerations on microcredit: outline of the systematization of public policy evaluation under the CrediAmigo Program

### RESUMO

As dificuldades na concessão de crédito aos empreendedores de baixa renda vão muito além do fornecimento de recursos financeiros para o microcrédito. Há necessidade de uma política pública voltada para a orientação empresarial e o cooperativismo financeiro que irá possibilitar formas alternativas de garantias ao empréstimo. Nesse contexto o CrediAmigo se tornou o maior programa de microcrédito do Brasil, sendo uma importante política pública para mobilizar não somente a concessão de crédito a empreendedores de baixa renda, mas sim a orientação empresarial na aplicação do recurso. Este trabalho tem o objetivo de entender o referido programa como exemplo de política pública executada e operacionalizada pelo Banco do Nordeste do Brasil, buscando analisar e avaliar a efetividade de um programa de microcrédito orientado como política pública brasileira. Sendo assim,   construído por meio de um ensaio que discute os principais elementos que favoreceram o sucesso do CrediAmigo como política pública voltada para o empreendedorismo.

**Palavras-chave:** empreendedorismo, microcrédito, política pública.

### Abstract

*The difficulties in granting credit to low-income entrepreneurs go far beyond providing financial resources for microcredit. There is a need for a public policy geared towards business orientation and financial cooperativism that will enable alternative forms of loan guarantees. In this context, CrediAmigo became the largest microcredit program in Brazil, being an important public policy to mobilize not only the granting of credit to low-income entrepreneurs, but also the business orientation in the application of the resource. This work aims to understand the referred program as an example of public policy executed and operationalized by Banco do Nordeste do Brasil, seeking*

*to analyze and evaluate the effectiveness of a microcredit program oriented as Brazilian public policy. Therefore, it is constructed through an essay that discusses the main elements that favored CrediAmigo's success as a public policy focused on entrepreneurship.*

**Keywords:** entrepreneurship, microcredit, public policy.

## INTRODUÇÃO

O ano de 2021 começa com duas notícias: o Banco do Brasil vai demitir 5.000 funcionários e a Ford Motors vai encerrar suas atividades produtivas no Brasil. Isso sem falar nos 14 milhões de desempregados em novembro de 2020 segundo o PNAD (IBGE, 2021). A situação é tão difícil que se discute o que tem maior risco, se ter um negócio próprio ou estar empregado. A luz no fim do túnel parece estar muito longe, e solução para o problema do desemprego parece estar cada vez mais escassa.

Dentro desse contexto caótico, uma atitude bem-sucedida foi o oferecimento de microcréditos para famílias de baixa renda abrirem seus próprios negócios, sem ter que recorrer a agiotas ou se endividarem com membros da própria família. Assim, justifica-se o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, oferecendo oportunidade de ocupação e renda para a população mais pobre, tanto com recursos iniciais de capital, como de orientação e acompanhamento de onde aplicar seus recursos para obter melhores resultados.

O Crediamigo se tornou o maior programa de microcrédito do Brasil, o que estimulou a confecção deste trabalho, que tem por objetivo entender o referido programa como exemplo de política pública executada e operacionalizada pelo Banco do Nordeste do Brasil. Para tal objetivo foi construído um ensaio que discute os principais elementos que favoreceram o sucesso do CrediAmigo como uma importante política pública voltada para o empreendedorismo.

Esse trabalho se justifica por analisar e avaliar a efetividade de um programa de microcrédito orientado como política pública brasileira, visto que a falta de alternativas satisfatórias à ocupação e renda são os principais elementos desencadeadores do trabalhador de conta própria, ou empreendedor informal (ANTHONY, 2005). O microcrédito então é uma alternativa de concessão de crédito à população de baixa renda, devido às dificuldades de acesso aos serviços financeiros tradicionais (MAGDALON; FUNCHAL, 2014), além de ser “um caso instigante para a análise de sistemas simbólicos organizacionais” (ANDRADE; LIMA; IPIRANGA, 2010, p. 749).

Visando a atender a contextualização e objetivo proposto, o presente ensaio está dividido da seguinte forma: no primeiro momento apresenta-se os antecedentes e marcos legais que motivaram a formulação e aplicação da política pública envolvida no Crediamigo; No segundo momento, apresenta-se uma breve conceituação e relato sobre o microcrédito e o aval solidário no Brasil; Posteriormente, destaca-se uma breve descrição do programa CrediAmigo. Por fim, apresenta-se uma sistematização dos resultados avaliativos da política pública envolvida no CrediAmigo.

## **ANTECEDENTES E MARCOS LEGAIS**

Amparadas na Constituição Federal, as políticas públicas devem atender às necessidades da população brasileira, desenvolvendo programas e projetos que podem promover benefícios diretos ou indiretos para a melhoria da condição de vida. Uma das formas de promover a melhoria na condição de vida da população em geral é a transferência de renda. Sendo assim, um importante mecanismo para esta ação é o acesso ao crédito. Mais especificamente, acesso ao crédito para pequenos empreendedores da economia formal ou informal.

Os programas de microfinanças do Banco do Nordeste fundamentam-se nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Governo Federal, regulamentado pela Lei nº 13.636, de 20/03/2018. O PNMPO visa incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores no meio urbano e rural. Porém, para que esse programa fosse efetivamente implementado, trazendo resultados robustos, alguns marcos legais foram importantes e dinamizaram a prática do programa CrediAmigo (BRASIL, 2018).

Somente em 1999, a lei do Terceiro Setor, Lei 9.790/99, cria a denominação e funcionamento das OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sendo pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Assim, a Lei incluiu o microcrédito como uma das finalidades das OSCIPs o que possibilitou que essas instituições acessassem recursos públicos (BRASIL, 1999).

A Lei 10.194/2001 foi instituída para dispor sobre a constituição e funcionamento da sociedade de crédito ao microempreendedor (SCM). Tal sociedade começa a funcionar como uma entidade jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, criada para impulsionar a participação de atores da iniciativa privada nesse mercado (BRASIL, 2001).

No ano de 2003, o Governo Federal autorizou que os bancos poderiam usar até 2% do montante de depósitos compulsórios como capital para uso em operações de microcrédito. Determinou ainda a inauguração da modalidade do microcrédito produtivo e orientado. Além disso, foi determinado que aqueles que não tivessem operação estruturada podiam negociar o capital com outras organizações para operacionalizar a concessão do crédito por meio do microcrédito produtivo orientado.

No ano de 2011, por meio do Plano Brasil Sem Miséria e do PNMPO, o Governo Federal lançou o Programa Crescer, instituído pela MP 543 que foi convertida na Lei 12.666/2012. Tal programa autorizou a União a conceder até R\$ 500 milhões por ano em subvenções econômicas. Tais subvenções seriam aplicadas às instituições financeiras que realizassem operações de microcrédito produtivo orientado, desde que elas realizassem tais programas para o público de microempreendedor com faturamento até R\$ 120 mil ao ano. Por fim, a Lei do Empreendedor Individual facilitou o processo de formalização de empreendedores informais com receita bruta de até R\$ 81 mil. Por meio dessa legislação, empreender no Brasil se tornou menos burocrático (BRASIL, 2012).

Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas preveem ações orientadas para o alcance de metas globais visando à melhoria da qualidade de vida e igualdade de direitos (SILVA, 2018). As ações desenvolvidas pelo programa CrediAmigo, tais como concessão de crédito, orientação empresarial e ambiental, aval solidário e fomento ao emprego e renda favorecem as metas estabelecidas pela ONU. Mais especificamente, o Programa CrediAmigo favorece as seguintes metas estabelecidas: Erradicação da pobreza, fome zero, emprego digno e crescimento econômico, redução das desigualdades, consumo e produção responsáveis.

## **O MICROCRÉDITO E O AVAL SOLIDÁRIO NO BRASIL**

Em geral, os empreendedores da economia formal e informal enfrentam dificuldades na obtenção de crédito, necessitando de linhas e programas de créditos que se adaptem a sua realidade e necessidade, visto que o sistema de crédito tradicional é baseado no relacionamento com agências bancárias que devem atender critérios, normas, burocracias e procedimentos que exigem garantias reais. Portanto, o microcrédito se torna uma importante fonte de financiamento de empreendedores, sobretudo os iniciantes ou informais, visto que estes não oferecem garantias reais em uma dívida de médio ou longo prazo (BARONE et al., 2002).

De forma direta, “o microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional”, muitas vezes devido à falta de informação e garantias (BARONE et al., 2002, p. 11). Já o microcrédito orientado funciona com uma metodologia que orienta a aplicação coerente do recurso, dinamizando a utilização de financiamento de valor abaixo de R\$ 15 mil reais (MEINEN; PORT, 2014). Por fim, no microcrédito produtivo orientado, existe a figura do agente de crédito que possibilita o relacionamento entre a instituição financeira e o grupo de empreendedores financiados (ALICE; RUPPENTHAL, 2012; MEINEN; PORT, 2014). A atuação do agente de crédito junto aos grupos financiados é considerada central, substituindo a necessidade de garantias e possibilita a orientação e acompanhamento da correta aplicação do recurso. (ALICE; RUPPENTHAL, 2012).

Apesar de promissor, o uso do microcrédito no Brasil foi pequeno até o ano de 1994, devido à instabilidade econômica e inflação. A utilização do microcrédito como política pública só começa a ser considerada com o sucesso do plano real e com o auxílio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (BARONE et al. 2002; ZOUAIN; BARONE, 2007). Somente assim os governos iniciam políticas de fomento ao microcrédito, seja com o fornecimento de linhas de crédito ou no apoio à criação de Organizações Não Governamentais – ONGs (ZOUAIN; BARONE, 2007; ALICE; RUPPENTHAL, 2012).

Nos anos 70, Muhammad Yunus inaugura a modalidade de concessão de crédito que hoje é chamado de aval solidário. Por meio do Grameen Bank em Bangladesh, Yunus (2000) fornece pequenas quantidades de crédito a mulheres rurais sem nenhuma garantia real. Para compensar

a ausência de garantias, a iniciativa exigiu a formação de pequenos grupos de mulheres residentes da mesma localidade, que seriam avalistas uma das outras (RIGHETTI, 2008). Sendo assim, com o crédito de aval solidário há a necessidade da formação de pequenos grupos de pessoas conhecidas entre si, onde cada um dos membros garante o pagamento e avaliza os demais integrantes (NERI, 2008).

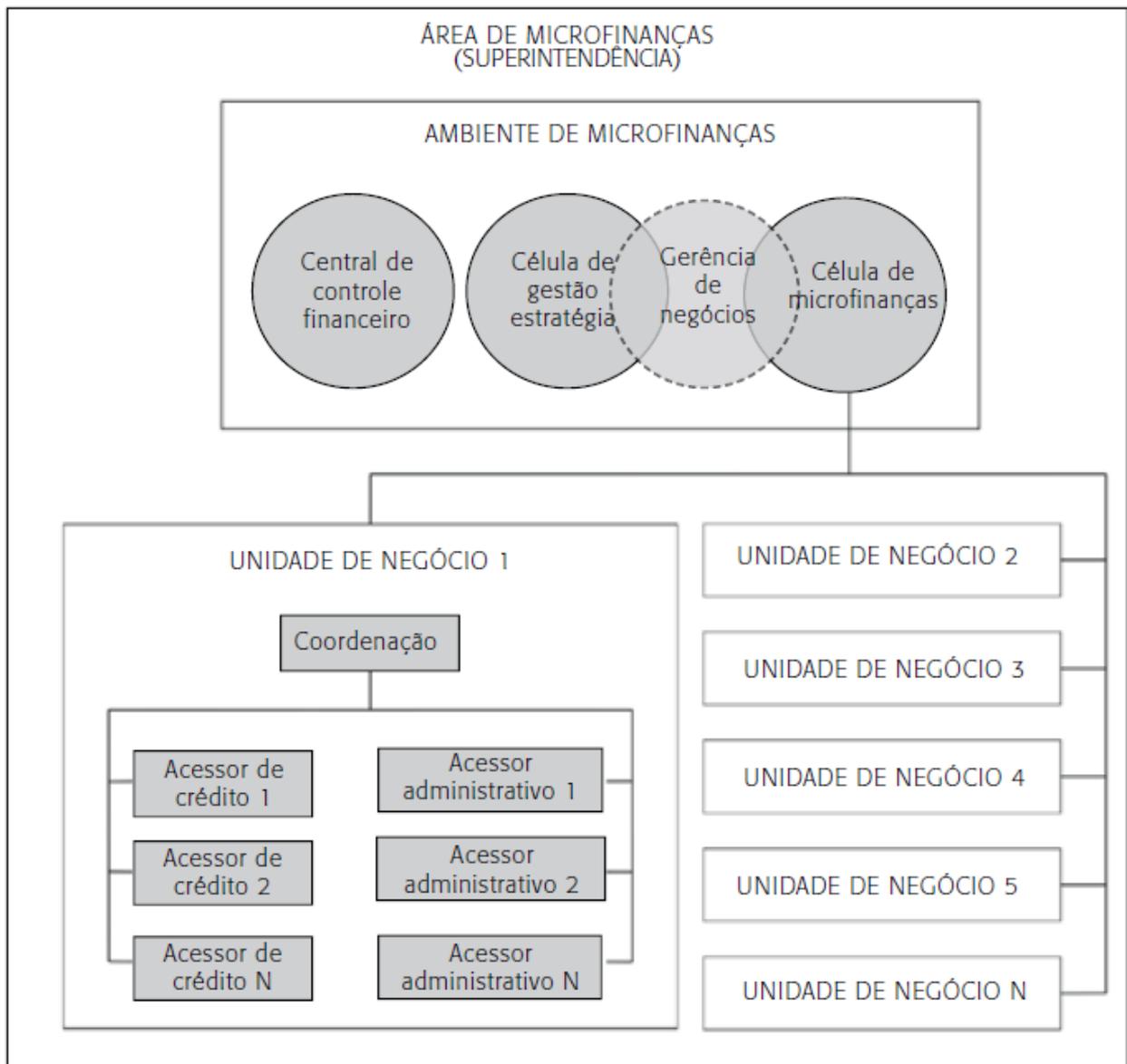
No contexto brasileiro, a modalidade de crédito de aval solidário foi disseminada e aplicada com sucesso por meio do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, o CrediAmigo. Tal programa se destaca como uma importante política pública no processo de transferência de renda e incentivo ao empreendedorismo. É destinado a autônomos, trabalhadores por conta própria e empreendedores individuais da economia formal ou informal que devem ser reunidos em grupos solidários (BANCO DO NORDESTE, 2016).

### **BREVE DESCRIÇÃO DO PROGRAMA CREDIAMIGO**

Branco et al. (2014) afirmam que o programa de microcrédito faz parte das experiências bem sucedidas de “bancos sociais”, implantados em países com aspectos similares aos da Região Nordeste do Brasil. Além disso, a demanda por crédito produtivo pelos empreendimentos informais se tornava um entrave para o desenvolvimento da Região Nordeste. Sendo assim, o Banco do Nordeste do Brasil se torna o primeiro banco público no Brasil a ter entre suas ações creditícias, um modelo de atuação de primeiro piso, voltado para as microfinanças.

Soares, Barreto e Azevedo (2011) acreditam que os fatores ligados ao sucesso ou ao fracasso do Crediamigo estejam ligados não só às características individuais dos tomadores de empréstimos, mas também as características dos empréstimos, como valor concedido, prazos, modalidade de financiamento e região de atuação onde o empréstimo será utilizado. Contudo, a estrutura organizacional (Figura 1), com técnicos que entendem as características e necessidades dos clientes do Banco de Nordeste que fazem uso do Crediamigo certamente está entre os fatores de sucesso do programa, além da não necessidade de uma garantia formal pelo tomador do empréstimo.

**Figura 1 - Estrutura do programa**



Fonte: Andrade; Lima; Ipiranga (2010).

O CrediAmigo é considerado o maior programa de microcrédito do Brasil e é o programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, oferecendo linhas de microcrédito na metodologia de aval solidário. É destinado a pessoas que possuem dificuldade de acesso ao sistema bancário tradicional. O projeto piloto foi aplicado em 1997 e, com o sucesso da primeira iniciativa, é consolidado como um programa contínuo a partir de 1998 com a abertura de 45 unidades. Atualmente está presente em mais de 2 mil municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo (SOUZA, 2010). A identidade estratégica do programa prevê na sua missão a contribuição para o “desenvolvimento socioeconômico dos empreendedores e empreendedoras, por meio de produtos e serviços de microfinanças e orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso” (BANCO DO NORDESDE, 2019, p. 25).

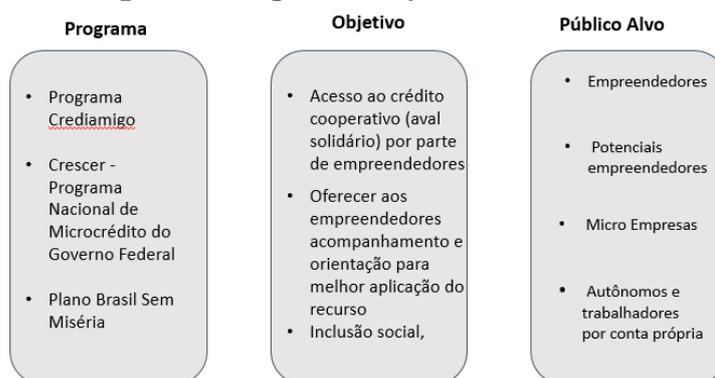
Em 2003 o Banco do Nordeste do Brasil firmou uma parceria estratégica com o Instituto Nordeste Cidadania, buscando melhor operacionalização do CrediAmigo. Tal instituto é uma

OSCIP, fundada em 1993 durante a campanha Nacional de combate à fome, à miséria e pela vida, fundada por funcionários do Banco do Nordeste. Assim, a parceria estabelece que o instituto é o responsável pela execução dos procedimentos operacionais do CrediAmigo e pela gestão administrativa de pessoal. Já o Banco do Nordeste atua acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento dos termos da parceria.

A metodologia de atendimento do programa prevê o atendimento dos empreendedores por pessoas treinadas para realizar o levantamento socioeconômico e diagnosticar as necessidades de crédito em cada contexto. Nesse atendimento, que funciona in loco e direto, os assessores prestam serviços de orientação empresarial e aplicação de recursos financeiros.

Para resumir a caracterização do CrediAmigo como uma política pública, foi construído o mapa dos processos e resultados do âmbito do programa. Tal mapa apresenta os programas empregados na política, bem como seus objetivos e público-alvo. Assim, de forma visual apresenta um resumo do funcionamento e impactos gerados. A Figura 2 apresenta a primeira parte:

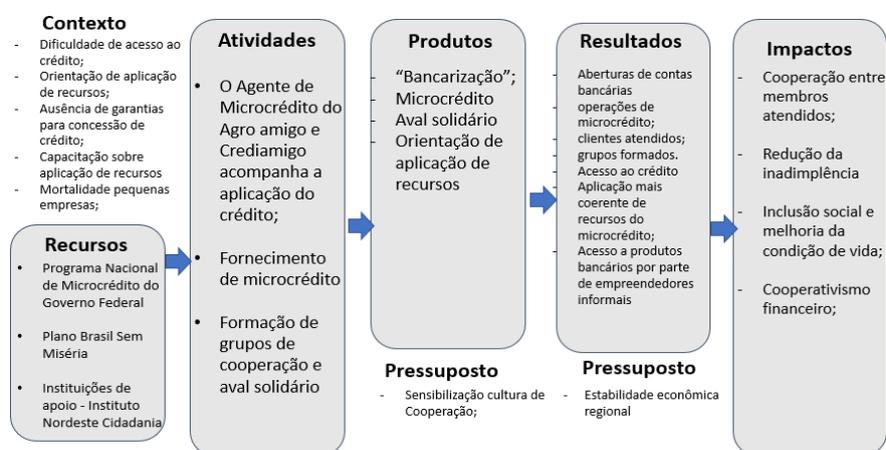
**Figura 2 – Programas, Objetivos e Público-alvo**



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Já a figura 3 apresenta a síntese do programa por meio de um mapa de processos e resultados:

**Figura 3 – Mapa de Processos e Resultados**



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

## SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS AVALIATIVOS SOBRE O CREDIAMIGO

Como operador de uma política pública, o Banco do Nordeste do Brasil realiza avaliações sistemáticas que identificam os resultados da intervenção do CrediAmigo. Assim, reavalia as questões operacionais, as razões que motivaram a criação do programa e os objetivos especificados no âmbito dessa metodologia de microcrédito urbano. Assim, considerando a abrangência e a importância dessa política pública, são necessários diversos estudos no sentido de conhecer os resultados gerados pelo programa, como forma de verificar sua efetividade.

Para a avaliação, podem ser empregadas diversas metodologias, indicadores e métricas para avaliar os resultados. Assim, vários foram os trabalhos realizados sobre o Programa CrediAmigo com a finalidade de medir seu desempenho. Portanto, o Quadro 1 apresenta uma síntese de alguns estudos de avaliação da política pública envolvidos no CrediAmigo.

**Quadro 1** – Relação de estudos avaliativos sobre a política pública presente no âmbito do CrediAmigo

Referência	Objetivo	Síntese do resultado	Contexto
Mendonça; Soares, (2016).	Verificar se existe uma trajetória de crescimento para clientes mulheres, e se ela é diferenciada em relação ao gênero.	As taxas médias de retorno são um pouco maiores para os homens; porém as mulheres possuem menores riscos em suas trajetórias.	Nordeste como um todo
Santos et al. (2016).	Analisar se o microcrédito constitui-se em ferramenta de geração de renda e alternativa aos programas assistencialistas.	Apenas 16% dos entrevistados afirmaram receber ainda algum tipo de benefício social. Logo o microcrédito pode ser apontado como uma alternativa para tirar os participantes dos programas sociais de transferência de renda.	Cidade de Crato – CE.
Rodrigues et al. (2015).	Analisar a contribuição socioeconômica do programa CrediAmigo para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos do município de Petrolina-PE.	O CrediAmigo é relevante nas suas proposições de inclusão financeira destinado a indivíduos não beneficiados por outras formas de crédito mais convencionais. Tem contribuído para o fortalecimento dos negócios e das atividades produtivas dos pequenos empreendimentos, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento socioeconômico.	Cidade de Petrolina-PE
Branco et al. (2014).	Analisar a evolução da situação socioeconômica dos clientes do CrediAmigo observando se houve melhoria em suas condições de vida	Não se pode afirmar que um programa de microcrédito seja o único responsável pela melhoria ou mesmo declínio das condições de vida dos tomadores de empréstimo, porém destacam mudanças mais evidentes a partir de onze contratações.	Nordeste como um todo
Souza (2011).	Realizar uma pesquisa primária em Fortaleza com os clientes de menor poder aquisitivo, buscando entender a redução da pobreza por meio do CrediAmigo.	O programa fez diferença pois possibilita a geração de renda, permitindo melhores condições de vida. Além disso, trouxe maior dinamismo aos negócios, visto a falta de dinheiro para comprar estoque e alavancar o empreendimento. No entanto, um requisito fundamental de sucesso é a utilização do crédito com a orientação empresarial.	Cidade de Fortaleza, com clientes sede do Banco do Nordeste do Brasil

Cunha; Freire. (2017).	Estudar o Programa CrediAmigo, com enfoque na geração de emprego e renda, verificando suas características e sistemática, comparando-o com outros programas de microcrédito.	O programa facilita o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção; alguns paradigmas foram quebrados, tais como, os clientes que ganham pouco não pagam seus empréstimos, a baixa inadimplência demonstra o inverso e que os empreendimentos são lucrativos a ponto de atrair investimentos privados	Nordeste como um todo
Vieira; Barbosa (2017).	Esclarecer como o microcrédito influencia a promoção do empreendedorismo no Vale do Jequitinhonha, por meio da participação no programa CrediAmigo.	Constata que o programa exerce influência positiva na lucratividade e no desenvolvimento de negócios, uma vez que permite a formação de capital de giro em condições melhores do que aquelas que possuíam anteriormente. Porém, não influencia na geração de novos empregos, já que grande parcela é composta por trabalhadores individuais.	Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais
Capobiango; Silveira; Lima. (2015).	Descrever e documentar o processo político do Programa CrediAmigo, segundo os gestores do programa, sob a ótica da teoria do ciclo político.	Fomenta as discussões acerca do ciclo político enquanto estrutura de visualização e interpretação de ações de interesse público, sendo que o quadro do ciclo político constitui-se em referência para descrever o Programa CrediAmigo ao longo de seu processo de estruturação, evidenciando o planejamento das ações e o modo como as mesmas foram executadas.	Realizada com base nos posicionamentos da coordenação geral do programa em Fortaleza, sede do Banco do Nordeste do Brasil.
Higgins; Neves, (2016)	Analisar a proposta metodológica do CrediAmigo, visando identificar os fatores organizacionais que tornam viável a proposta do ponto de vista financeiro e social.	Os resultados ampliam a unilateralidade de outros estudos sobre o CrediAmigo. A dimensão institucional é um fator-chave para explicar a viabilidade da operação. Muito além da ideia simples de redução de custos de transação, mas fornecendo aprendizados e criando habilidades de trabalho.	Nordeste como um todo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

De acordo com os estudos considerados nesse ensaio, percebe-se uma satisfação quanto à aplicabilidade da metodologia nos diferentes contextos analisados. Os resultados e impactos considerados no mapa de processos da política pública são evidenciados em todos os estudos avaliativos considerados. Além disso, o contexto e os pressupostos são considerados de forma indireta em todos os estudos, considerando que a sensibilização pela cultura da cooperação é um elemento pouco considerado nos estudos avaliativos.

Com relação ao impacto da redução da inadimplência, praticamente todos os estudos fazem referência a essa questão, no entanto, o foco maior se dá na melhoria da condição de vida por meio do desenvolvimento dos negócios. O cooperativismo financeiro nesses casos não é considerado com profundidade, uma vez que o foco na formação de redes é um elemento pequeno perto do acesso ao crédito, orientação empresarial e melhoria dos negócios locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar a política pública operada por meio do programa CrediAmigo, considerando a importância do microcrédito e o valor do aval solidário na formação de redes de cooperativismo financeiro nesse contexto. Para atender esse objetivo foram destacados e analisados alguns estudos publicados recentemente que realizaram alguma avaliação referente ao CrediAmigo. Essas avaliações foram realizadas em diferentes contextos desde o ponto de vista micro até o macroprocesso do programa.

Importante ressaltar que, como uma política pública, o programa CrediAmigo fomenta e atende os requisitos do artigo 3º da Constituição Federal. Sendo assim, uma série de legislações facilitaram e promoveram a aplicabilidade da metodologia em todo o Nordeste. Essas legislações possibilitaram a prática do acompanhamento in loco dos grupos formados pelo programa.

Além disso, o presente trabalho pretende contribuir trazendo a reflexão dos fatores encontrados como sucesso do programa CrediAmigo para que uma possível replicação em outras regiões do país seja pensada.

Primeiro fator de sucesso está na estrutura organizacional e funcional muito bem desenhada, de forma que os técnicos não ofereçam apenas um aporte financeiro às pessoas que procuram por um microcrédito mas também uma assessoria, na qual boas práticas de gestão podiam ser implementadas mesmo que em pequena escala.

Outro fator de sucesso identificado é a ausência de burocracia na condução dos processos internos do banco, até que o cliente obtivesse seu empréstimo. A não exigência de uma garantia formal por parte do tomador de empréstimo facilitou sua implementação. Dificilmente uma costureira ou uma bordadeira teria como oferecer uma garantia formal para um grande banco, mas com pouco dinheiro ela poderia desenvolver novos trabalhos.

O terceiro fator identificado foi o banco entender e aceitar que a economia informal existe, ainda que não possa ser comprovada com documentos contábeis. Se houvesse uma exigência da apresentação de balanços, demonstrativos financeiros e longos cadastros por parte dos tomadores, como acontece nos outros bancos, o programa CrediAmigo jamais conseguiria o posto de primeiro lugar em microcréditos no Brasil.

E o quarto fator e não menos importante, é o fato do programa ser autofinanciável, ou seja, ele não depende de um Fundo de Investimentos ou de recursos do governo para continuar existindo, ele é autogerenciável, e no caso de inadimplência haverá um compartilhamento com os membros tomadores do próprio programa. Assim, o fluxo financeiro de novos empréstimos está condicionado ao pagamento dos empréstimos já concedidos, fazendo uma roda inesgotável de negócios.

Com base nas análises consideradas, são destacadas oportunidades de pesquisas futuras que podem contribuir para a avaliação da política pública presente no programa do CrediAmigo. A primeira oportunidade identificada se refere a uma avaliação com o uso de uma metodologia

etnográfica junto aos grupos formados pelo aval solidário do programa. Essa metodologia possibilitará compreender com profundidade o entendimento dos empreendedores e como as redes são formadas na concessão do crédito. Além disso, possibilita ao pesquisador a compreensão da dinâmica da orientação do agente de crédito e sua consequente aplicação de recursos.

Uma segunda oportunidade de pesquisa avaliativa identificada se refere ao uso de estudos de casos comparativos com empreendedores ou grupos formados, considerando os impactos do programa para o desenvolvimento da rede de cooperação e a consequente melhoria na gestão dos negócios. Nessa pesquisa pode ser utilizada o grupo focal como coleta de dados, buscando entender a interação dos empreendedores de diferentes grupos, considerando os impactos do programa para cada negócio.

Por fim, considera-se relevante uma avaliação quantitativa sobre a satisfação e melhoria da qualidade de vida dos empreendedores atendidos pelo programa. Aqui sugere-se o uso de dados primários com variáveis não utilizados pelas avaliações censitárias oficiais. Tais variáveis podem ser analisadas por uma perspectiva longitudinal e incluir questões socioeconômicas e educacionais que podem ter sido impactadas pelo atendimento do programa.

## REFERÊNCIAS

ALICE, L.; RUPPENTHAL, J. E. Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Ano 7, n. 1, p. 23-34, 2012.

ANDRADE, R. J. C.; LIMA, R. C. R.; IPIRANGA, A. S. R. Estratégias de valorização simbólica dos propósitos organizacionais: o caso do programa Crediamigo. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 735-757, 2010.

ANTHONY, D. Cooperation in microcredit borrowing groups: Identity, sanctions, and reciprocity in the production of collective goods. **American Sociological Review**, n. 70, v. 3, p. 496–515, 2005.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Anual Crediamigo 2016**. Disponível em: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Acesso em: 13 dez. 2020.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O Credimigo**. Disponível em: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Acesso em: 13 dez. 2020.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BRANCO, E. C.; SOUZA, J. M.; VIANA, L. F.; LIMA, L. D. Avaliação do programa Crediamigo: melhoria das condições de vida. **Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação do ETENE**, v. 1, n. 1, p. 21. 2014.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 13.636, de 20/03/2018**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm). Acesso em 03/01/2021.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 9.790, De 23 De Março De 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm). Acesso em 03/01/2021.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 10.194, De 14 De Fevereiro De 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm). Acesso em 03/01/2021.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 12.666, de 14 DE Junho de 2012**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm). Acesso em 03/01/2021.

CAPOBIANGO, R. P.; SILVEIRA, S. F. R.; LIMA, A. A. T. F. C. O processo político do programa crediamigo segundo seus gestores. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 198-210, 2015.

CUNHA, M. G.; FREIRE, J. D. K. Microcrédito: um estudo de caso no programa crediamigo do banco do nordeste do Brasil. **Sinergia**, v. 21, n. 2, p. 9-20, 2017.

HIGGINS, S. S.; NEVES, J. A. B. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 24, n59, p. 3-23. 2016

IBGE. Desemprego. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acessado em 13 de janeiro de 2021.

MAGDALON, W. P.; FUNCHAL, B. O efeito do Microcrédito Produtivo Orientado No Brasil: Incentivo A Inadimplência? **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 3, p. 294-308, 2016.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo de Crédito – Percorso Histórico, Perspectivas e Desafios**.. Brasília-DF, Editora Confabras 2014.

MENDONÇA, K. V.; SOARES, R. B. Trajetória de crescimento para microempreendedores: diferencial de gênero dos clientes do programa crediamigo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 46, n. 3, p. 701-731, 2016.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: perfil e performance dos beneficiários do CrediAmigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RIGHETTI, C. C. B. **Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito**. Tese (Doutorado) — Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 132 f. 2008.

RODRIGUES, F. M. G. et al. O microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos: um estudo de caso sobre o Crediamigo em Petrolina-PE. **Revista Eletrônica Gestão e saúde**, n. 2, p. 1002-1026, 2015.

SANTOS, J. R. P. Geração, distribuição de renda e microcrédito: o caso do programa Crediamigo na cidade de Crato-Ceará. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 8, 2016.

SILVA, E. R. Agenda 2030: **Ods-metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2018.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T.. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, n. 1, p. 119-142, 2011.

SOUZA, J.M.G. **Microcrédito em Fortaleza: um instrumento de redução da pobreza?** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

SOUZA, M. C. G. F. **O desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste**: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

VIEIRA, L. M.; BARBOSA, F. V. Microcrédito e Microempreendedor: o caso do Crediamigo na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 1, p. 2-15, 2017.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres. São Paulo: Ática, 2000.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Adm. Pública**, v. 41, n. 2, p. 369-380, 2007.